





MONITORIA ACADÊMICA A UNIVERSITÁRIOS EM SITUAÇÃO DE DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

ACADEMIC MONITORING FOR UNIVERSITY STUDENTS IN SITUATIONS OF DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION

SEGUIMIENTO ACADÉMICO A ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS CON DISCAPACIDAD EN EDUCACIÓN SUPERIOR

Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins¹ 
Ana Luísa de Oliveira² 
Fátima Inês Wolf de Oliveira³ 
Maewa Martina Gomes Da Silva E Souza⁴ 

Resumo

A busca pela equidade e acessibilidade tem sido um tema recorrente nas reflexões político-administrativas na Educação Superior. Por conseguinte, o atendimento às demandas educacionais específicas de universitários que se reconhecem na situação de deficiência são pautas em evidência no cenário universitário. O presente artigo objetiva descrever e analisar as dificuldades apresentadas por universitários em situação de deficiência e que apresentam Necessidades Educacionais Específicas, usuários dos serviços do Núcleo de Atenção Pedagógica e Inclusão, de uma universidade brasileira do interior do estado de São Paulo. Para o desenvolvimento do estudo, utilizamos os relatórios desenvolvidos por uma monitora ao longo do acompanhamento efetuado no ano letivo de 2021. A partir dessas informações, foi possível realizar uma análise considerando a metodologia dos “Núcleos de Significação” proposta por Aguiar e Ozella, permitindo assim perceber a subjetividade de cada discente em relação ao ambiente acadêmico. Os núcleos de significação identificados foram: 1) Percepção sobre os serviços e práticas educacionais ofertados; 2) Estratégias e recursos utilizados no trabalho de monitoria; 3) A invisibilidade do discente na sala de aula: combate ao capacitismo na Universidade. Os resultados evidenciaram as contribuições significativas dos serviços ofertados pelo NAPI para a trajetória formativa dos estudantes. Programas desta

¹Docente do Departamento de Educação e Desenvolvimento Humano e do Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – Unesp, Marília, SP, Brasil; sandra.eli@unesp.br

²Terapeuta Ocupacional. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – Unesp, Marília, SP, Brasil; ana-luisa.oliveira@unesp.br

³Docente do Departamento de Educação e Desenvolvimento da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – Unesp, Marília, SP, Brasil; fatima.wolf@unesp.br

⁴Docente do Departamento de Educação e Desenvolvimento da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – Unesp, Marília, SP, Brasil; maewa.martina@unesp.br

Como referenciar este artigo:

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; OLIVEIRA, Ana Luísa de; OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de; SOUZA, Maewa Martina Gomes Da Silva E. Monitoria acadêmica a universitários em situação de deficiência no ensino superior. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 26, e7934, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v26i1.7934>

natureza reafirmam o compromisso institucional na promoção de práticas educacionais inclusivas na Universidade.

Palavras-chave: Ensino Superior. Inclusão. Necessidades Educacionais Específicas. Acessibilidade. Políticas Educacionais.

Abstract

The search for equity and accessibility has been a recurring theme in political-administrative reflections in Higher Education. Therefore, meeting the specific educational demands of university students recognized as having disabilities are obvious issues at the university level. This article aims to describe and analyze the difficulties presented by university students with disabilities and specific educational needs, users of the services of the Pedagogical Attention and Inclusion Center, at a Brazilian university in the interior of the state of São Paulo. To develop the study, reports prepared by a monitor were used throughout the monitoring carried out in the 2021 academic year. Based on this information, an analysis could be carried out considering the "Núcleo de Sentido" methodology proposed by Aguiar and Ozella, thus allowing us understand the subjectivity of each student in relation to the academic environment. The identified nuclei of meaning were: 1) Perception of the services and educational practices offered; 2) Strategies and resources used in mentoring work; 3) The invisibility of the student in the classroom; and The invisibility of students in the classroom: combating ableism at the University. The results highlighted the significant contributions of the services provided by NAPI to the students' educational trajectories. Programs of this nature reaffirm the institutional commitment to promoting inclusive educational practices at the University.

Keywords: Higher Education. Inclusion. Specific Educational Needs. Accessibility. Educational Policies.

Resumen

La búsqueda de equidad y accesibilidad ha sido un tema recurrente en las reflexiones político-administrativas en la Educación Superior. Por tanto, atender las demandas educativas específicas de los estudiantes universitarios que se reconocen con discapacidad son cuestiones evidentes en el ámbito universitario. Este artículo tiene como objetivo describir y analizar las dificultades que presentan los estudiantes universitarios con discapacidad y Necesidades Educativas Específicas, usuarios de los servicios del Centro de Atención e Inclusión Pedagógica, en una universidad brasileña del interior del estado de São Paulo. Para desarrollar el estudio se utilizó los informes elaborados por un monitor a lo largo del seguimiento realizado en el año académico 2021. A partir de esta información se pudo realizar un análisis considerando la metodología "Núcleos de Significado" propuesta por Aguiar y Ozella, permitiendo así comprender la subjetividad de cada estudiante en relación al entorno académico. Los núcleos de significado 1) Percepción sobre los servicios y prácticas educativas ofrecidos; 2) Estrategias y recursos utilizados en el trabajo de tutoría; 3) La invisibilidad del estudiante en el aula; y La invisibilidad del estudiante en el aula: combatir el capacitismo en la Universidad. Los resultados destacaron las contribuciones significativas de los servicios ofrecidos por el NAPI a la trayectoria formativa de los estudiantes. Programas de esta naturaleza reafirman el compromiso institucional de promover prácticas educativas inclusivas en la Universidad.

Palabras-clave: Educación superior. Inclusión. Necesidades Educativas Específicas. Accesibilidad. Políticas educativas.

Introdução

O processo de inclusão de pessoas que se reconhecem na situação de deficiência e, que podem ou não, apresentar Necessidades Educacionais Específicas (NEE) para acessar o currículo, é um tema relevante nas políticas educacionais inclusivas, na atualidade. A busca pela equidade e acessibilidade no Ensino Superior tem sido uma pauta central em diversas discussões, refletindo a necessidade de garantir iguais oportunidades de educação para todas as pessoas, independentemente de suas condições intelectuais, mentais, sensoriais ou físicas. Portanto, o por NEE reconhecemos como sendo

[...] àquelas decorrentes das interações dos estudantes em situação ou não de deficiência que, podem ou não vir a restringir e/ou impedir a sua participação na vida acadêmica. Sendo estas, de caráter permanente ou temporário em geral, exigirão apoio institucional específico no âmbito da oferta de recursos e/ou serviços diferenciados para oportunizar a equiparação de condições que os levem à expressão plena de desenvolvimento educacional e integral em sociedade (Martins; Louzada, 2022, p. 68).

Acerca da compreensão de deficiência, corroboramos com os estudos de Martins e Louzada (2022; 2023) para traçar as reflexões que se afastam de visões restritas à descrições normalizadoras e reparadoras da desta condição, para situar os tipos de respostas educacionais específicas que devem ser consideradas aos processos de aprendizagem e desenvolvimento educacional com ou sem deficiência e que, por algum momento da sua vida acadêmica podem demandar apoio/suporte de serviços e/ou recursos diferenciados da Educação Especial. Dentre deste grupo, daremos uma atenção especial para os estudantes que se reconhecem em situação de deficiência, altas habilidades/ superdotação e com Transtorno do Espectro Autista considerados nas políticas educacionais atuais, considerados público das Políticas da Educação Especial (PAEE). Portanto, a expressão "em situação de deficiência" reflete o entendimento de que as experiências humanas são moldadas por diversos contextos políticos, sociais e econômicos, nos quais as singularidades e subjetividades individuais se manifestam.

Nesse contexto, exploraremos a importância da inclusão desse público no Ensino Superior, considerando os relatórios de atendimentos educacionais, destacando os benefícios sociais e acadêmicos dessa prática. Além disso, discutiremos os desafios enfrentados por esses estudantes e as políticas e estratégias que podem ser adotadas para promover a inclusão. Para embasar nossa análise, recorreremos a estudos e pesquisas que evidenciam a relevância desse tema no contexto atual.

Historicamente, pessoas em situação de deficiência enfrentaram barreiras significativas no acesso à Educação Superior, o que limitou suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. No entanto, a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, ressaltou a importância da inclusão plena e efetiva dessas pessoas em todos os aspectos da sociedade, incluindo a educação. Esse marco internacional reforçou a necessidade de se promover a acessibilidade e a igualdade de oportunidades no Ensino Superior.

A efetivação de tal processo não beneficia apenas os estudantes diretamente envolvidos, mas toda a sociedade. Primordialmente, contribui para a construção de uma sociedade mais diversificada e inclusiva que valoriza a pluralidade de experiências e perspectivas. Isso enriquece o ambiente acadêmico, promovendo o diálogo intercultural e a troca de conhecimento. Além disso, a inclusão no Ensino Superior oferece aos estudantes com necessidades educacionais específicas a oportunidade de desenvolver habilidades e o conhecimento necessários para se tornarem cidadãos ativos e produtivos, reduzindo sua dependência de serviços de assistência social e promovendo sua autonomia, dentro e fora da Universidade (Chahini, 2016, p. 185).

Do ponto de vista econômico, ao garantir que esses estudantes tenham acesso a oportunidades educacionais e profissionais há que se investir em políticas públicas inclusivas que valorizem o desenvolvimento humano, especialmente, de uma parcela da população, considerada a pouco tempo incapazes de terem vida ativa e/ou produtiva em sociedade. Garantir formas efetivas e acessíveis à formação de pessoas em situação de deficiência neste nível de ensino, envolve diretrizes claras de

participação que considerem a diversidade como traço constitutivo do humano, sendo esta condição indispensável ao crescimento econômico e inovação, além de criar uma força de trabalho mais diversificada e inclusiva (Kassar, 1999).

No entanto, o ingresso e/ou presença desse público na Universidade não está isenta de desafios. Um dos principais obstáculos enfrentados por esses estudantes é a falta de acessibilidade nas instituições de ensino. As universidades ainda não estão adequadamente preparadas para receber esses estudantes, o que limita sua participação plena na vida acadêmica. Além disso, a necessidade de flexibilizações curriculares e suporte de atendimento educacional se configura como um grande desafio para as instituições de ensino.

Ao referir sobre o tema Lepke, Ziesmann, Johann (2022) lembram que, há inúmeros obstáculos para assegurar o direito fundamental à educação no sistema regular de ensino, em igualdade de condições aos demais estudantes, em razão da impossibilidade da: falta de apoio especializados acadêmicos, despreparo dos professores diante das demandas pedagógicas dos estudantes, e ausência de acessibilidade física e atitudinal no cotidiano das instituições de ensino, entre outras. Aliadas a estas questões acrescentam a importância de reconhecer o processo histórico da luta pelo direito à educação dos que visam contrapor ao ideário neoliberal que transforma as instituições de ensino em pequenas empresas para a sobrevivência, “[...] seja mediante a seleção velada daqueles que exigem menos recursos humanos e permitem uma “educação de qualidade”, seja pela não oferta de suporte por meio de monitores ou de atendimentos na sala de recursos multifuncional”, em diferentes níveis de ensino (Lepke, Ziesmann, Johann, 2022, p. 4).

Nesse sentido, para minorar esses desafios, é fundamental que as instituições de Ensino Superior adotem políticas de inclusão efetivas e invistam em infraestrutura acessível. Destacamos neste texto, a importância da oferta de apoio pedagógico, como monitores e intérpretes de Língua de Sinais, para garantir que os estudantes em situação de deficiência tenham igualdade de oportunidades para aprender e se desenvolver academicamente.

A respeito do local investigado, se faz mister destacar que as ações discutidas neste texto, estão em consonância com as Políticas de Acessibilidade e Inclusão (Unesp, 2020) responsáveis por estabelecer diretrizes de apoio à permanência do público mencionado, que dentre outras medidas por meio do seu Art. 12 orienta a oferta de apoio pedagógico e de contratação de serviços ou de profissionais especializados na área de Educação Especial para viabilizar a consolidação de redes de atenção aos beneficiários desta Política. Caracterizado por um grupo de docentes o Núcleo de Atenção Pedagógica e Inclusão (NAPI) promove estratégias de inclusão educacional e acessibilidade curricular de estudantes que se reconhecem com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), matriculados no Cursinho alternativo (CAUM), graduação e pós-graduação da universidade em questão, desde 2018.

Método

Sobre local de realização do trabalho

Dentre as prerrogativas indicadas na política institucional, destacamos o trabalho do Núcleo de Apoio Pedagógico e Inclusão (NAPI), localizado em um campus da Universidade que possui nove cursos de Graduação Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Filosofia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Pedagogia, Relações Internacionais e Terapia Ocupacional. Além desses, a universidade possui Programas de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em: Ciências da Informação, Ciências Sociais, Educação, Filosofia, Sociologia e Fonoaudiologia.

Este, por sua vez se divide em Unidade I, onde acontece a maioria das aulas e funcionam a estrutura administrativa e o prédio do Centro de Estudos da Educação e da Saúde (CEES), e Unidade II, onde funciona o Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM), o Núcleo de Ciência e Cultura, o Museu Histórico e Pedagógico “Embaixador Hélio Antônio Scarabôto”, a Coordenadoria Geral das Bibliotecas e o Instituto de Políticas Públicas da unidade mencionada.

Programa de Atenção Pedagógica e de Inclusão da Universidade

Atualmente o NAPI conta com dez monitores bolsistas de diferentes cursos —, a saber, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Arquivologia, Pós-graduação — que por sua vez acompanham doze estudantes que solicitaram matrícula no Programa, a partir da inserção efetivada no SisGrad (Sistema de Graduação). Todos os monitores têm um docente supervisor, quatorze ao todo, que auxilia na metodologia, oferecendo suporte e realizando formações na área da Educação Especial com os bolsistas, sob a perspectiva da Educação Inclusiva, para que todos tenham o melhor aproveitamento possível dessa vivência e capacitação.

A principal atuação dos discentes bolsistas no NAPI é auxiliar no acompanhamento dos discentes com NEE. Sob a supervisão de um docente do curso, os monitores realizam o planejamento das atividades em parceria com discentes e os respectivos docentes das disciplinas, a partir do levantamento das demandas relatadas e dificuldades para acompanharem o curso, promovendo assim o melhor aproveitamento do conteúdo, participar de reuniões para elaboração do plano de trabalho e apresentar relatórios.

As monitorias são realizadas duas vezes por semana, na modalidade presencial e/ou remota, com atendimentos de no máximo 2 a 3 horas cada, em conformidade com Ofício Circular No. 12 de abril de 2023 da Comissão Permanente Acessibilidade e Inclusão (CLAI), que orienta a operacionalização da oferta de bolsas monitoria e apoio especializado para acessibilidade e inclusão na Unidades, da Universidade. Ainda envolvem momentos de reuniões com os supervisores da bolsa monitoria e de registros dos atendimentos realizados, perfazendo um total de 12 horas dedicadas à bolsa de monitoria.

O NAPI orienta os trabalhos dos monitores visando: promover a melhora da autoestima dos estudantes, fazendo com que percebam o seu potencial dentro do ambiente universitário, acreditando em si mesmos; possibilitar um ambiente seguro para eles se expressarem com liberdade e tenham a sua realidade valorizada; identificar as maiores dificuldades dos discentes beneficiários do serviço; conscientizá-los sobre a situação acadêmica de cada um em relação às disciplinas

concluídas e às que não foram concluídas, relacionando tudo com o tempo restante para a formação; e auxiliá-los nas atividades e trabalhos, sempre que necessário. Ainda se dedica a realizar atividades flexíveis que permitam a organização da rotina de estudos, produção e adaptação de materiais acessíveis, contato com professores para acolher suas demandas educacionais específicas a fim de desenvolvê-las para proporcionar-lhes autonomia em suas atividades acadêmicas universitárias (Vitório et. al., 2023)⁵.

O NAPI é co-responsável por acompanhar e organizar a oferta do SeTILS (Serviço de Tradutores dos Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais), denominado de serviço especializado de tradução e interpretação à estudantes surdos, que se propõe a mediar os processos interacionais discursivos entre ouvintes e usuários desta língua, nos diferentes contextos da Universidade (Brasil, 2002; 2005; 2020)⁶.

Os serviços ofertados estão em consonância com as orientações nacionais do Decreto nº 7.611 (Brasil, 2011), que estabelece orientações sobre o Atendimento Educacional Especializado em todos os níveis de ensino. Ambos programas seguem as orientações da CLAI, que orienta a operacionalização da oferta de bolsas monitoria e apoio especializado previstas no Ofício Circular nº 12/2023 e na Portaria nº 69, que institui as Diretrizes Gerais da Política de Acessibilidade e Inclusão, da universidade pesquisada.

Material para coleta e análise de dados

Para o desenvolvimento do estudo, utilizamos os registros escritos dos relatórios desenvolvidos por uma monitora ao longo do acompanhamento efetuado no ano letivo de 2021, denominado no estudo de diário de campo, cada um dos participantes.

A partir dessas informações, foi possível realizar uma análise considerando a metodologia dos “Núcleos de Significação”, proposta por Aguiar e Ozella (2006). O

⁵ Núcleo de Atenção pedagógica e de Inclusão (NAPI) <https://www.youtube.com/watch?v=5ZNhLs02dfw>

⁶ Serviço de Tradutor e Intérprete de Libras (SeTILS) <https://www.youtube.com/watch?v=MAbZI8zGxc0>; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; OLIVEIRA, Ana Luísa de; OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de; SOUZA, Maewa Martina Gomes Da Silva E.

uso desta metodologia permitiu após inúmeras leituras perceber e levantar a subjetividade dos discursos produzidos nos registros analisados.

De acordo com as autoras supracitadas, os Núcleos de Significação foram elencados a partir de um processo de análise dos excertos dos discursos descritos nos relatórios, pela aglutinação dos pré-indicadores (considerados palavras-chave sobre o tema pesquisado), formando os indicadores (denominado de frases contendo aspectos dos conteúdos enunciados) que, após o processo de articulação dos sentidos captados nos enunciados selecionados foram agrupados em Núcleos de Significação, sendo estes nomeados e demonstrados no tópico seguinte (Aguiar; Ozella, 2006).

Foram considerados como participantes do estudo uma monitora bolsista e dois discentes surdos com necessidades educacionais específicas (E1 e E2), estando o trabalho e assim sucessivamente, em conformidade com as normas de proteção dos participantes em pesquisa, sendo os encontros de monitoria acadêmica realizados em dupla.

Quadro 1 - Descrição dos participantes do estudo

Participantes	Situação	Gênero	Condição linguística	Curso
E1	Surdez	Homem cis	Usuário de Libras	Pedagogia - 3º ano
E2	Surdez	Mulher cis	Usuário de Libras	Arquivologia - 3º ano

Dados: Fonte do estudo

Ambos discentes se identificaram como usuários da Língua Brasileira de Sinais, no sistema de matrícula de graduação da universidade. Frequentavam regularmente o 3º ano do curso de Pedagogia (noturno) e outro de Arquivologia (vespertino), demonstrando vínculo empregatício, com carteira registrada na área do comércio e indústria, atuando profissionalmente em horário contrário às aulas nos cursos. O E1 informou ter vinte e oito anos, casado, sem filhos e o E2 trinta anos, solteira, com uma filha.

Resultados e discussão

Apresentaremos uma análise das atividades de monitoria ofertadas aos universitários matriculados no NAPI, no ano letivo de 2021. Devido ao cenário da pandemia, todas as atividades do NAPI durante o ano letivo de 2021 foram realizadas em modo remoto, usando como meio de comunicação por vídeo o aplicativo *Google Meet* e o *WhatsApp* para comunicação por texto.

Núcleo 1: Percepção sobre os serviços e práticas educacionais ofertadas

Buscamos por intermédio de uma entrevista estabelecer vínculo inicial com os discentes para verificar as demandas educacionais e auxiliar no percurso formativo. Também foi estabelecido o diálogo com seus respectivos professores a fim de levantar e identificar as barreiras que dificultavam a realização das atividades acadêmicas. A importância do estabelecimento de vínculos iniciais entre professor, monitor e os discentes com NEE, é destacada como um fator crucial para o sucesso do acompanhamento das atividades acadêmicas. A esse respeito, Fernandes e Costa (2015) lembram que a monitoria entre pares (discente-discente), independentemente da faixa etária, contribui para o fortalecimento de vínculos de aprendizagem significativos em contextos educacionais.

Para fortalecer os vínculos mencionados, o trabalho envolveu o diálogo com os professores com objetivo de estabelecerem um plano de apoio pedagógico em conjunto, dentre as quais foram planejadas e realizadas, com maior recorrência: leitura compartilhada dos textos das disciplinas, preparação de resenhas críticas e sinalizadas em Libras, a fim de ajudá-los na compreensão dos textos lidos.

Por serem usuários da Libras, ambos discentes retratavam dificuldades para compreender o português escrito e relataram pouca familiaridade com a leitura de textos acadêmicos. Nos momentos de monitoria se queixavam das leituras indicadas pelos professores nas disciplinas, alegando serem extensos, conforme demonstrado no excerto a seguir.

O discente nos primeiros momentos do encontro se queixou dos textos sugeridos para leitura e discussão do conteúdo da aula alegando serem textos longos. Iniciou a leitura em casa, porém desistiu porque não estava compreendendo o conteúdo (Diário de campo - E1).

Com a intenção de diminuir a ansiedade e expectativa dos discentes a respeito do que foi comentado, a monitora propôs que realizassem a leitura compartilhada do texto, nos encontros. Para iniciar a atividade procuraram vídeos em Libras na internet sobre o assunto para favorecer a compreensão de temas correlatos aos expostos no texto. Outra situação experienciada com bastante recorrência nos excertos analisados, refere-se aos momentos de estudo e de preparação de trabalhos para apresentação de textos em seminários em sala, como requisito para avaliação.

A discente continuou a leitura do texto e no final assistiu ao vídeo que a intérprete gravou, onde há a interpretação em LIBRAS dos trechos do texto marcados pela professora. Após a assistir, a aluna gravou o vídeo explicando o que foi lido, mas o conteúdo novamente é insuficiente, sendo claro o déficit de conteúdo educacional da aluna (Diário de campo - E2).

Em geral, para cumprir atividades desta natureza foram estabelecidos com os professores e discentes surdos que as apresentações fossem preparadas e gravadas em Libras, sendo posteriormente apresentadas pelos surdos nos seminários, conforme observado nos encontros realizados com E2.

Novamente a discente aponta dificuldades para preparar e organizar a sua exposição do texto em português, como parte das atividades de seminário em classe. Foi estabelecido com o professor que apresentasse em Libras e ainda, que o conteúdo fosse gravado em casa, para a exposição pelo discente de maneira comentada, em sala (Diário de campo - E2).

Outras passagens selecionadas dizem respeito aos momentos de revisão dos textos escritos pelos surdos. A estratégia utilizada pelo monitor envolvia a revisão síncrona de correção de textos utilizando os recursos da ferramenta de editor de texto, demarcando os trechos que estavam inadequados para que visualizassem e compreendessem que aspectos alterados na escrita inicial do texto.

Ambos demonstravam uma escrita insuficiente aos padrões das normas da língua portuguesa, em que omitiam letras, deixavam de conjugar verbos, apresentavam parágrafos simples, entre outras. Em geral é comum os surdos apresentarem textos com tais características devido a restrição no acesso dos conteúdos que circulam na língua oficial do país, e não na Libras. Também foi possível observar compreensão limitada do que havia sido compartilhado em termos curriculares em sala de aula, especialmente, no que diz respeito aos temas/conteúdos trabalhados nas disciplinas anteriores, dificultando a participação e aprendizagem dos temas novos.

O discente produziu um pequeno texto e foi necessário adequá-lo ao português formal. A mudança de intérprete deixou o discente frustrado e sem perspectiva com o curso, foi preciso motivá-lo durante todo o atendimento e com dificuldade de participar da aula, devido a falta de conhecimento sobre o que estava sendo discutido pelo professor na disciplina (Diário de campo - E1).

Os problemas de aprendizagem de E1 parecem se agravar com a mudança de intérprete no período relatado. A contratação de profissionais terceirizados para esta função na universidade pode gerar frustrações recorrentes aos universitários surdos. A ausência de intérprete fixos e/ou mudança constante são vistas como agravantes no processo de desenvolvimento pedagógico, comprometendo inclusive a oferta da monitoria, desmotivando os estudantes a permanecerem em suas atividades, atentos e participantes.

A responsabilidade pela oferta de serviços educacionais especializados nesta área ainda parecer ser o maior desafio das Universidades brasileiras que, devem promover a equidade de oportunidades de participação de todos à educação, direito resguardado pela Lei Brasileira de Inclusão - LBI, Nº 13.146, promulgada em 6 de julho de 2015, que diz no Art.27 "A educação constitui direito da pessoa com [em situação] deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem".

Todavia, tratar sobre o direito das pessoas em situação de deficiência nas políticas mencionadas, se faz mister, da mesma forma que realizar uma distinção entre objetivos proclamados e reais, pois, enquanto os primeiros se situam num plano ideal, no qual o consenso, a convergência de interesses é sempre possível, os objetivos reais situam-se num plano em que defrontam interesses divergentes, e por vezes antagônicos, determinando o curso das ações que controlam o processo, mostrando que os objetivos proclamados tendem a mascarar os objetivos reais, conforme assevera Saviani (1997).

Núcleo 2: Estratégias e recursos no trabalho de monitoria acadêmica

Esse núcleo destacará as estratégias de trabalho adotadas visando a autonomia e aproveitamento dos conteúdos pelos discentes. É perceptível os constrangimentos e dificuldades enfrentadas para cumprirem suas atividades acadêmicas e contato com os professores.

O discente chegou com o pedido de apoio para a escrita do Projeto de Pesquisa na disciplina de TCC. No entanto, não conseguiu relatar o que o professor havia solicitado para cumprir a atividade extraclasse. Diante da constatação orientei novamente que conversasse com o seu professor para obter informações a respeito do que era para ser feito, esclarecendo que ele mesmo deveria pedir esclarecimento das suas dúvidas, porém o discente demonstrou estar contrariado com a orientação recebida, querendo que eu fizesse o contato com o professor (Diário de campo - E1).

Percebemos, nesta passagem, a preferência do estudante (E1) em delegar à monitora o papel de esclarecer diretamente com o docente responsável as dúvidas relacionadas à disciplina. Diante dessa situação, a monitora sugeriu que o próprio estudante buscasse a professora para esclarecer suas questões sobre a atividade em andamento.

Essa estratégia, inicialmente, gerou desconforto, conforme relatado pelo estudante, que demonstrou resistência em aceitar que seria capaz de dialogar sobre suas demandas educacionais com o docente. No ensino superior, muitos estudantes em condições semelhantes não se sentem autorizados ou confiantes para assumir o

protagonismo de sua própria trajetória acadêmica. Em geral, mostram-se inseguros diante de dúvidas, temendo serem estigmatizados ou julgados por acreditarem não serem capazes de compreender as orientações apresentadas em sala de aula.

Comportamento recorrente entre os universitários que apresentam demandas específicas para organizar suas tarefas no contexto acadêmico, e por isso, acabam optando por transferir a responsabilidade ao monitor, sem que precisasse tomar a frente no caso. Diante do exposto, tais questões nos levam a questionar: como tem sido o planejamento do programa de ensino da disciplina e em sala de aula? Até que ponto os estudantes estão envolvidos nesta tarefa? O programa curricular sugere estratégias flexíveis de ensino no curso? De que modo os cursos têm considerado tais aspectos no projeto político pedagógico dos cursos? Acredita-se que respostas a estas ponderações podem ser um caminho profícuo para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas na Universidade.

A literatura tem evidenciado, entre as ações mobilizadas pelas instituições, destaque especial aos grupos e os núcleos de apoio à inclusão. Tais espaços oferecem várias alternativas para amenizar as dificuldades e especificidades de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas. Bruno (2011, p. 552) apresenta

o exemplo da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) que criou o Laboratório de Acessibilidade de Práticas Inclusivas (LAPEI), que realiza avaliação e acompanhamento dos acadêmicos com necessidades específicas e educacionais especiais; elabora a adequação dos exames vestibulares; e orienta a eliminação de barreiras atitudinais, físicas e instrucionais no interior da universidade.

Na sequência das atividades apresentadas a monitora solicitou a presença da sua supervisora a fim de orientá-la sobre como favorecer a leitura do texto em português da discente (E2), que se reconhece surda e usuária da Língua de Sinais. No trecho apresentado, notamos que a estratégia educacional utilizada não foi suficiente para resolver o conflito estabelecido na leitura compartilhada, na medida em que revelou estar desmotivada na realização da atividade, mediada no caso com a presença do intérprete.

Foi iniciada a leitura do texto: "A Apória dos Estudos de Comportamento Informacional na Arquivística." que será o segundo fichamento realizado. O intérprete e a supervisora do NAPI estiveram presentes neste encontro propondo o trabalho de leitura compartilhada do texto, instigando a discente a retratar sua compreensão de partes menores do texto para que pudesse dizer o que estava compreendendo acerca dos trechos lidos. A estratégia utilizada parece ter incomodado que retratou seu descontentamento em realizá-la no período mencionado (Diário de campo - E2).

Sabemos que universitários surdos exigem ajustes comunicacionais específicos para enfrentamento de atividades como esta. É desejável neste sentido que os textos sejam acessíveis em Libras. E ainda, que se utilizem de outros materiais com legendas, imagens e vídeos em Libras – ou seja, em diferentes gêneros, sobre o tema trabalhado. Neste caso, a leitura do texto principal de maneira compartilhada com o surdo e o intérprete, exigirá um planejamento de estudos dos profissionais envolvidos que antecede a leitura compartilhada, propriamente, dita. Se bem planejada, estratégias como estas podem motivar os estudantes a conquistarem uma maior autonomia na leitura. Sabe-se que o uso de estratégias desta natureza, embora necessárias, nem sempre são praticadas na universidade.

As pesquisas de Forster e Fagundes (2006) sobre inovações educativas no espaço universitário indicam a necessidade de ruptura com o ensino tradicional, com os procedimentos acadêmicos fundamentados nos princípios positivistas da ciência moderna; de mediação entre as subjetividades dos atores envolvidos e o conhecimento, incluindo a dimensão das relações e das vontades, do respeito mútuo, do vínculo entre os sujeitos que se propõem a conhecer; o protagonismo, sinônimo da participação dos discentes nas decisões pedagógicas.

Sabemos que a gestão eficaz do tempo é um desafio recorrente para os estudantes, principalmente ao equilibrar as exigências acadêmicas com as responsabilidades da vida pessoal. O contexto universitário exige uma organização cuidadosa para lidar com leituras, prazos, elaboração de trabalhos e estabelecimento de uma rotina de estudos. A transição para o ensino remoto, segundo Losekann e Mourão (2020), impôs a necessidade de adaptação a um novo modo de compartilhar o mesmo espaço para atividades diversas, resultando em desafios adicionais para a

gestão do tempo, exigindo o domínio de ferramentas e tecnologias, nem sempre disponíveis aos universitários mencionados como demonstrado a seguir

O discente finalizou a leitura do texto: "Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte", apresentando muita dificuldade no entendimento. Mesmo assim ela gravou os vídeos referentes explicando o que foi lido. A monitora percebeu que o discente tem muita dificuldade com o Português e também com a LIBRAS, e com o uso das ferramentas de navegação e uso do texto digital, demonstrando não se importar muito em finalizar a atividade (Diário de campo - E1).

O período de trabalho pós pandemia permitiu que os discentes demonstrassem uma maior facilidade e conhecimento do uso dos equipamentos e recursos informacionais tecnológicos – google meet para vídeos chamadas, armazenamento de informações no drive, entre outros. Tais perspectivas foram notadas a partir de uma maior intimidade pelos discentes nos encontros remotos da oferta de monitoria.

O discente compartilhou a tela, e acessamos em conjunto o classroom guiando e mostrando como navegar no classroom. Ainda compartilhando a tela, o discente alimentou a pasta do drive com os textos e atividades assíncronas (Diário de campo – E1).

A discente aprendeu a apresentar a tela, abrir o e-mail e usar o Classroom. Ainda há dúvida sobre o e-mail @unesp da aluna e sobre os textos para leitura que foram propostos. Nesse dia, a monitora pode perceber que a aluna tem muita dificuldade em usar os aplicativos do Google e era muito dependente da intérprete no ensino presencial. É notório que quando a discente se perde nos aplicativos ela fica muito ansiosa e desesperada, esquecendo de olhar para a intérprete para entender o que fazer (Diário de campo – E2).

No entanto, a situação evidencia como as dificuldades no uso de tecnologias, especialmente no contexto do ensino remoto, podem ser amplificadas por fatores emocionais, como ansiedade, e por uma dependência maior de apoio presencial, como o fornecido por intérpretes. A interação entre as barreiras tecnológicas e emocionais ressalta a necessidade de estratégias pedagógicas inclusivas que

considerem não apenas o acesso às ferramentas, mas também o desenvolvimento gradual da autonomia dos estudantes. Nesse sentido, é essencial refletir sobre como o suporte contínuo e o desenho de atividades acessíveis podem contribuir para reduzir os impactos negativos conforme demonstrado também no estudo de Costa et al. (2021), promovendo maior equidade e bem-estar no processo de aprendizagem. Em complemento, os fatores positivos e/ou negativos do uso das tecnologias e do remoto a depender de como são trabalhados na Educação Superior podem agravar e/ou favorecer o processo formativo dos discentes durante a utilização.

Núcleo 3: A invisibilidade do discente em sala de aula: combate ao capacitismo na Universidade

Os trechos nesse núcleo promovem a análise das barreiras enfrentadas pelo discente em seu processo formativo. Em sua maioria, estas estavam relacionadas às barreiras linguísticas/comunicacionais. A primeira relatada refere a frustração de E1 por não saber em que grupo estava inserido para realização de um trabalho final de curso

A princípio houve confusão do discente quanto ao grupo que ele pertencia, os monitores repararam dois trabalhos iguais e da mesma professora, até entender o que ocorreu orientamos o discente a conversar com a professora e a tirar as dúvidas sobre o trabalho. Ele disse que haviam dois trabalhos da mesma professora e por isso estava em grupos diferentes, houve problemas de organização do grupo e o mesmo estava confuso (Diário de campo - E1).

Muitas vezes, estudantes em situação de deficiência dizem se sentirem perdidos em sala, retratando experiências de não pertencimento ao grupo classe. Fragmentos destas barreiras atitudinais e sobretudo, decorrentes dos problemas comunicacionais afetam diretamente a autonomia na organização de um plano de estudo e de aproveitamento das aulas, em sintonia com o grupo classe. A sensação enunciada de não saber a qual grupo pertencia para fazer seu trabalho acadêmico, que gera constrangimentos e insegurança por parte do discente, acabam sendo recorrentes em sala de aula. Nesse caso, a ação da monitoria orientou que E1

organizasse um encontro com o professor para tirar dúvidas acerca das atividades relatadas.

A monitora orientou o discente a pedir esclarecimento ao docente de como poderia efetuar o preenchimento do Projeto de Pesquisa com base em um trabalho realizado no 1º ano, já que ele optou por não fazer o TCC. Na oportunidade solicitou ampliação da carga horária de um profissional Tils que pudesse acompanhá-lo nas atividades de estágio fora da Universidade (Diário de campo – E1).

Tais estratégias parecem ter contribuído para elevar o nível envolvimento do discente em suas tarefas acadêmicas, especialmente, aquelas relacionadas às decisões de suspender a realização do seu TCC, para poder frequentar o estágio curricular na rede de ensino, gerando novas expectativas e ansiedade se teria ou não neste caso, o acompanhamento de um profissional intérprete.

A partir da solicitação e com base na orientação do professor o discente iniciou a busca por escolas da Educação Infantil, a fim de realizar seu estágio obrigatório, de forma que a Universidade tornasse viável o seu pedido por meio do cumprimento da oferta desse profissional em todos os níveis formativos e de ensino, conforme reza a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, Nº 13.146, Art.28:

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.

Apesar dos esforços empreendidos os registros da monitoria foi observada na metade do ano, que os discentes estavam faltando das aulas, conseqüentemente, apresentando médias inferiores às desejadas no final do semestre, levando a reprovação em algumas disciplinas, gerando insatisfação para continuar frequentando as aulas.

Os excertos destacados apresentam os constrangimentos enfrentados pela E2 por compreender sua situação no curso a partir da leitura do histórico escolar. Diante da preocupação eminente de evasão do curso, em razão das faltas e reprovações
MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; OLIVEIRA, Ana Luísa de; OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de; SOUZA, Maewa Martina Gomes Da Silva E.

mencionadas foi necessário replanejar e estabelecer com a discente um acompanhamento mais sistemático das suas atividades registradas no histórico escolar

Foi apresentado à discente o seu histórico escolar para ela entender as matérias que ainda devem ser cursadas. Ela ficou brava e impaciente com a monitora, que pode traduzir e explicar como estava sua situação no curso. Ainda foi possível alertar e ficar acordado de que não poderiam faltar mais aulas e de que tivesse um maior controle do cronograma de estudos. Ficou estabelecido que seguiram acompanhando o registro das suas atividades acadêmicas com maior frequência, como orientador das suas atividades na universidade, daquele dia em diante. Após sua insatisfação com a situação, pediu para mudar o assunto e seguir com a atividade designada pela professora no trabalho de monitoria (Diário de campo – E2).

A esse respeito Miranda (2009) comenta sobre a importância dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades para evitar a evasão dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Investimentos voltados a toda a comunidade universitária, com estratégias que abrangem desde a sensibilização das equipes gestoras até a criação de núcleos de apoio pedagógico munidos de suporte técnico e humano. No âmbito profissional, destacam-se áreas como pedagogia, psicologia, psicopedagogia, fonoaudiologia e ciência da informação. Adicionalmente, ressalta-se a relevância da inclusão de terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, visando oferecer um atendimento integral às necessidades específicas desses estudantes.

Nesse contexto, a fim de complementar as diferentes possibilidades para planejamento e implementação de monitoria, Hoot et al. (2012) delineiam os cinco modelos mais frequentemente utilizados na ação da monitoria, como: 1) Monitoria por Pares da classe toda; 2) Monitoria por Pares entre idades; 3) Estratégias de Aprendizagem Assistida por Pares; 4) Monitoras Recíproca por Pares; 5) Monitoria por Pares da mesma idade. Os autores destacam também que a eficácia da idade de monitor-monitorado pressupõe o treinamento apropriado dos discentes monitores para desempenhar colaborativamente a função de apoiar o aprendizado do estudante com NEE.

Esses estudantes devem ser providos de um roteiro de interação que os oriente em relação às suas responsabilidades, tornando o treinamento prévio, especialmente direcionado aos monitores, um requisito fundamental para transformar a interação colaborativa em uma verdadeira relação de monitoria, na qual cada membro da dupla desempenha seu papel de maneira eficaz. As atribuições do monitor abrangem uma gama de responsabilidades que vão desde as dimensões acadêmicas até as motivacionais. Portanto, é imperativo que crie um ambiente permeado por confiança e empatia, proporcionando aos discentes um suporte autêntico por meio de interações síncronas e assíncronas. Essas interações são cruciais tanto para reforçar os conhecimentos já adquiridos quanto para dissipar eventuais dúvidas que possam surgir ao longo do percurso acadêmico dos estudantes.

Considerações finais

Os resultados apontam para a importância do trabalho de monitorias por pares, na trajetória acadêmica de estudantes que solicitaram apoios às suas demandas educacionais específicas, junto ao Núcleo de Atenção Pedagógica e Inclusão (NAPI). Os benefícios incluem o potencial de ampliação do engajamento dos discentes monitores em atividades acadêmicas, além da melhoria em suas realizações em diversas áreas, por meio de programas de monitoria entre colegas. A constatação de que discentes monitores podem desempenhar um papel crucial no desenvolvimento acadêmico de seus colegas reforça a importância de estratégias que fortaleçam os vínculos iniciais, contribuindo para um ambiente de aprendizagem inclusivo e enriquecedor para todos os envolvidos.

Os relatos da oferta dos atendimentos aos discentes no Programa evidenciam aspectos importantes da implementação das políticas institucionais no acolhimento em suas atividades curriculares, na Universidade.

Sabemos que é um desafio trabalhar a perspectiva que considera a diversidade como traço constitutivo do humano, sempre será um princípio que rege o presente pedagógico em sala de aula, e na Educação Superior não é diferente. Portanto, admitir que nenhum universitário é igual ao outro, implica reconhecer que

a identificação das demandas específicas nos protocolos institucionais da universidade, foram considerados um recurso importante no delineamento de estratégias comprometidas com a consolidação de práticas educacionais inclusivas na Universidade, como no caso, destacadas neste texto.

Além disso, a experiência relatada reforça a necessidade de políticas institucionais que assegurem a formação contínua e o suporte adequado aos monitores, promovendo sua capacitação para lidar com a diversidade de demandas apresentadas pelos colegas. A monitoria por pares, quando bem estruturada, não apenas beneficia os discentes que recebem o apoio, mas também fortalece o senso de pertencimento e responsabilidade social entre os monitores, contribuindo para a construção de uma comunidade acadêmica mais solidária e colaborativa. Essa abordagem representa um caminho promissor para superar barreiras estruturais e atitudinais, muitas vezes presentes no contexto da Educação Superior.

Por fim, ao reconhecer e valorizar as especificidades dos estudantes, as universidades dão passos concretos em direção à democratização do acesso e à permanência, reafirmando seu papel na promoção de uma sociedade mais equitativa. Iniciativas como o programa de monitoria do NAPI demonstram que a inclusão não é apenas uma questão de acessibilidade, mas também de transformação das práticas pedagógicas e institucionais, possibilitando a efetiva participação de todos os discentes. Assim, o fortalecimento dessas estratégias se apresenta como fundamental para assegurar que a diversidade seja integralmente acolhida e celebrada nos espaços acadêmicos, contribuindo para uma Educação Superior inclusiva e de qualidade.

Agradecimentos: CNPq PQ – Proc. No. 315343/2021-4; Chamada CNPq Nº 26/2021 de Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação Bolsas no Exterior (Proc. 401681/2022-0; Edital PROPG 02/2019 Proc. AUXPE Nº 88881.310517/2018-01-Atual); na área de “Tema sociedades plurais”, no Convênio CAPES-PRINT; Prope - Edital nº 03/2023 – PROPe Apoio Emergencial a Equipamentos Multiusuários da Universidade.

Referências

ANUARIO ESTATÍSTICO. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", V. 1(2001). São Paulo: Unesp, APE, 2001 [**ano abrangido 2023**]. Disponível em: <https://ape.unesp.br/anuario/flip2024/4/>. Acesso 18. jan 2024,

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10520**: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. 2 ed. Rio de Janeiro, ABNT, 2023.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sérgio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, p. 222-245, 2006.

DOI:<https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 92, n. 232, p. 542- 556. 2011. Disponível em: < <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/666>> .

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **O percurso de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior**. Curitiba: Appris, 2016, p. 185.

COSTA, Jefferson de Andrade; MACHADO, Dionleno de Carvalho Pessoa; COSTA, Tatiana de Andrade; ARAÚJO, Fabiana da Cruz; NUNES, Jordânia Cardoso; COSTA, Hérica Tanhara Souza da. Dificuldades enfrentadas durante o ensino remoto. *Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, [S. l.], v. 1, p. 80–95, 2021. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/9>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FERNANDES, Woquiton Lima; COSTA, Carolina Severino Lopes da. Possibilidades da tutoria de pares para estudantes com deficiência visual no ensino técnico e superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, p. 39-56, 2015.

FORSTER, Mari Margarete dos Santos; FAGUNDES, Maurício César Vitória. Inovações educativas na sala de aula universitária: ruptura paradigmática/resistência ao ethos regulatório. **27ª reunião anual da ANPED**, 2006.

HOOT, Brittany; WALKER, Jennifer; MASON, George. Peer tutoring. Council for Learning Disabilities, 2012.

KASSAR, Mônica C. M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil:** discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas: Autores Associados, 1999.

LOSEKANN, Raquel Gonçalves Caldeira Brant; MOURÃO, Helena Cardoso. Desafios do teletrabalho na pandemia COVID-19: quando o home vira office. **Caderno de Administração**, v.2 8, p.71-75, 2020.

ZIESMANN, Cleusa Inês; LEPKE, Sonize; JOHANN, Magali Maria. A gestão, o processo de inclusão e as políticas educacionais: possibilidades e inviabilidades no cenário brasileiro. **Revista Pedagógica, Chapecó**, v. 24, p. 1-20, ano 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v24i1.7146>. Acesso em: 8 fev. 2024.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LOUZADA, Juliana Cavalcante De Andrade; Política de identificação de estudantes em situação de deficiência em uma universidade pública brasileira. **Educação e filosofia**, V. 36, No. 76, p. 65–96, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v36n76a2022-61976> Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/61976/36904>. Acesso: em 19 jan. 2024.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo; NUNES Lauren Cristine Aguiar. Políticas censitárias em universidades públicas da América Latina: a não palavra como lugar de escuta e compreensão de estudantes na situação da deficiência. **Revista Cocar**. N. 13, 2022b: Dossiê: Inclusão, diversidade e diferença no ensino superior, 1-28, 222. DOI: <https://doi.org/10.31792/rc.v0i13> Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/issue/view/183>. Acesso em: 19 jan. 2024.

NÚCLEO DE ATENÇÃO PEDAGÓGICA E INCLUSÃO. **NAPI** - Unesp - Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) - Campus de Marília. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/instituicao/administracao/comissoes-assessoras/comissao-de-acessibilidade/nucleo-de-atencao-pedagogica-e-inclusao---napi/> Acesso em: 19 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI:** visão e ação. Paris, 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%c3%a7%c3%a30/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html> . Acesso em: 19 jan. 2024.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.

VITÓRIO, Wane Victória Brauna; VENDRAME, Vitória Girotto Moura; SANTOS, Nicole Maximo dos; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; OLIVEIRA, Fatima Ines Wolf de; SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva. **Inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Específicas no Ensino Superior: perspectivas de monitores bolsistas.** In: Anais do Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia. Anais. Diamantina (MG) Online, 2023. Disponível em: <http://www.even3.com.br/anais/cobicet2023>. Acesso em: set. 2023.

UNESP. **Portaria nº 69, de 12 de fevereiro de 2020.** Institui as Diretriz da Política de Acessibilidade e Inclusão da Unesp Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". São Paulo: Unesp, 2020. Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br/Home/Comissoes671/portarias-69-2020.pdf>. Acesso em: Acesso em 08 de junho de 2023.

UNESP. **Ofício Circular No. 12 de abril de 2023 da Comissão Permanente Acessibilidade e Inclusão,** que orienta a operacionalização da oferta de bolsas monitoria e apoio especializado para acessibilidade e inclusão na Unidades da Unesp, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". São Paulo: Unesp, 2023.

Recebido em: 31-01-2023

Aceito em: 02-06-2023

Publicado em: 13-07-2024